

DILEMAS DAS ESQUERDAS NA AMÉRICA LATINA, EM CONTEXTO DE CRISE

Hugo Fanton
Jornalista



A crise econômica parece bater às portas da América Latina, ao mesmo tempo em que avançam os diferentes projetos nacionais de construção da soberania, em seus variados matizes de esquerda. Que estratégias o campo democrático e popular deve abraçar, e quais os caminhos a trilhar, foram os objetos de um concorrido (e aceso) debate no Simpósio Internacional da FFLCH entre Valter Pomar (PT e Foro de São Paulo), Plínio de Arruda Sampaio Junior (Unicamp), Jorge Altamira (Partido Obrero, Argentina), e Ricardo Canese (Frente Guasú, Paraguai)

Estamos diante de uma crise brutal do capitalismo, que nos leva a um período duradouro de instabilidade mundial, com possibilidades variadas de desfecho e relacionadas à dimensão política da crise — ou seja, às composições e correlações de força e de projetos políticos — bem como às diferenças de análise da realidade e suas consequências em termos de opções estratégicas e táticas. Tais elementos da atual conjuntura histórica compuseram os distanciamentos e proximidades das distintas exposições presentes na mesa “América Latina, a Crise Mundial e a Esquerda”.

O debate teve início pela exposição do secretário-executivo do Foro de São Paulo e membro do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), Valter Pomar, que caracterizou a atual crise econômica como “do capitalismo, na sua forma neoliberal”, mundial, com epicentro nos Estados Unidos, mas expressando-se de forma mais aguda neste momento na Europa: “É uma crise clássica e profunda de acumulação desse capitalismo imperialista. E ninguém escapa”. Outro elemento que a compõe, explica Pomar, é o declínio da hegemonia dos EUA no mundo, ainda que permaneça como potência militar, midiática e ideológica. Tal declínio da condição de potência hegemônica ganha novos contornos em contexto de crise, pois nenhum país se apresenta globalmente em condições de reorganizar a economia “à sua imagem e semelhança”. Desse modo, a crise econômica expressa sua dimensão política, com a eclosão de conflitos interimperialistas e de

“uma transição do centro dinâmico do mundo”, desde o terreno anglo-saxão até o Oriente, mais especificamente a China.

Também para Jorge Altamira, dirigente do Partido Obrero da Argentina, já é possível prognosticar que uma das saídas postas à crise é o “deslocamento do eixo econômico dos EUA ao Pacífico, pois as inversões do mundo econômico se concentram cada vez mais na China”. No entanto, ressalta que essa transição será das mais conflituosas já vistas, tanto no plano da geopolítica internacional quando no interior dos Estados-Nação. “Com a União Europeia, vemos o reforço das capacidades repressivas dos Estados nacionais sobre os seus próprios povos, bem como a decadência da democracia burguesa em cada um desses Estados. Na Espanha, governa-se por decretos; na Itália, o governo é composto por técnicos; ou seja, países em que se acreditava haver democracia parlamentar são governados por comitês”, afirma Altamira.

Essa dimensão política da crise ganha expressão, nas palavras de Plínio de Arruda Sampaio Júnior, professor de economia da Unicamp, na perda da capacidade do capital de dar “respostas relativamente civilizadas para os problemas da sociedade”. No contexto de crise estrutural do modo de produção capitalista, há uma política global “que combina poder do monopólio com o poder dos Estados imperiais para atacar os direitos dos trabalhadores, as políticas públicas e a soberania dos Estados nacionais”, explica Sampaio Jr. “Nessa conjuntura

de ofensiva do capital, assistimos ao momento em que ele é particularmente ofensivo e devastador”.

Na América Latina, diz Pomar, vive-se “um momento em que se esgotou o período de mudanças, com ameaça de haver contra-mudança”. Uma expressão objetiva dessa realidade é a conjuntura do Paraguai: Canese caracterizou a destituição de Fernando Lugo como “golpe contra o processo de integração da América Latina”

O período de instabilidade mundial decorrente das crises combinadas de acumulação e de hegemonia, em uma transição geopolítica profunda, deve se prolongar por muitos anos. Os variados componentes da crise geram, nas palavras de Pomar, revoltas sociais e guerras: “Muitas situações lembram o período pré-primeira Guerra Mundial, como as do Oriente Médio, que vive uma escalada de conflitos”. Uma expressão objetiva dessa realidade é a conjuntura do Paraguai, depois da cassação do presidente Fernando Lugo, caracterizada por Ricardo Canese, da Frente Guasú, como



Foto: Daniel Garcia

“um golpe contra o processo de integração da América Latina”. “Há uma vontade de autonomia e independência da região, de se ter uma agenda diferente, própria e com muitas limitações, mas que, ainda assim, gera tensões fortes com o imperialismo”. Para Canese, o Paraguai é onde o imperialismo “pôde fazer o golpe”, após as tentativas frustradas na Venezuela, Bolívia e Equador. “Éramos o elo mais débil da cadeia, justamente porque a esquerda do Paraguai é débil”.

A referência de Canese remonta a duas situações combinadas na América Latina e que perpassam o contexto de instabilidade política na região: os conflitos com o imperialismo; e os conflitos internos a cada país. O enfrentamento com o imperialismo exige, nas palavras de Pomar, “a integração latino-americana”. Mas para além disso, cada país vivencia internamente conflitos que remontam à natureza do

projeto econômico-social que diferentes grupos reivindicam como ideal. “Dentre os muitos problemas que disso decorrem, há setores que consideram a esquerda o inimigo principal. No Paraguai, por exemplo, dias antes do golpe de Estado, partes da esquerda paraguaia estavam discutindo romper com governo Lugo, e foram surpreendidas”, exemplifica Pomar.

Para ele, a América Latina se consolida como “lugar especial” no contexto de crise, pois nesta região as esquerdas são muito fortes. “São variadas, algumas no governo, outras na oposição a esses governos. Aqui a esquerda está muito mais poderosa do que em outros momentos; e relativamente mais poderosa do que em outras regiões do mundo”. Na Europa, o declínio da social-democracia e o avanço do neoliberalismo expressam a condução dos processos políticos e econômicos pela direita. No entanto, Pomar

ressalta que a esquerda latino-americana escolheu caminhos de acúmulo de forças que privilegiaram a ocupação de espaços eleitorais e institucionais, de modo que todos os governos ditos de esquerda são de “aliança de classe, com presença de setores da burguesia, de forças de centro e, às vezes, de direita”.

Tais fatores levam a profundas dificuldades de realização de mudanças estruturais na região, prossegue o secretário-executivo do Foro de São Paulo: “Vivemos agora um momento em que se esgotou o período de mudanças, com ameaça de haver contramudança”. A Venezuela, explica Pomar, ainda que seja governada por dirigentes declaradamente favoráveis a transformar o país em direção ao socialismo, continua com sua economia, do ponto de vista estrutural, dependente do petróleo: “Desenvolveu-se, além disso, uma nova burguesia associada às mudanças e que tam-

bém impõe limites, permanecendo o grande desafio de se promover as mudanças na estrutura econômica e social”.

Desafio que ganha diferentes contornos na análise de Sampaio Júnior, para quem a crise deve aprofundar e acelerar processos em curso há algumas décadas na América Latina. “Caberá à região aliviar o estresse ambiental da ordem global, pela preservação do verde e atração da indústria suja, e aprofundar a especialização do continente na produção de matérias-primas. Somos reserva de alimento, de minerais e de petróleo da economia mundial”. Outra funcionalidade da América Latina à ordem global é franquear as economias nacionais às operações do capital internacional, transformando todos os espaços e possibilidades de lucro em negócios do capital internacional. “Cabe a nós também coibir movimentos populacionais que possam desestabilizar as economias centrais. A crise vai aprofundar e acelerar essas tendências”.

O economista entende que a crise na América Latina deve acelerar o processo de reversão neocolonial e de corrosão da capacidade dos Estados de construir políticas públicas norteadas pela defesa do interesse nacional e da economia popular. “Teremos muito Estado para defender o capital, e pouco Estado para elaboração de políticas públicas e defesa dos interesses estratégicos dos países. No caso do Brasil, esse processo em curso é evidente, na medida em que a indústria recua e o agronegócio avança”. A desindustrialização do

Brasil seria, na acepção de Sampaio Júnior, mais um traço da lógica de administração da crise pelas grandes potências. “Os EUA continuam absolutamente imperiais, com capacidade de impor sua solução”. Os processos de socialização dos prejuízos são particularmente graves, na medida em que combinam especulação com “programas draconianos de ajuste estrutural”.

Na opinião de Altamira, os diferentes governos da América Latina sequer podem ser chamados de esquerda, pois Chávez promoveu a estatização dos sindicatos e Lula manteve uma “descomunal taxa de financiamento da dívida” e aliou-se a partidos da direita

Para Jorge Altamira, uma das expressões do imperialismo em contexto de crise é a combinação entre entrada de dólares e financiamento da saída de capital da América Latina. “Os dólares que recebemos em troca de minerais, soja e trigo inflam a bolsa e promovem a saída de capital. Assim, a indústria brasileira está cada vez pior, em situação de pior competitividade”. Ele entende que os diferentes governos latino-americanos sequer podem ser chamados de esquerda, na me-

didada em que o presidente Chávez promoveu a estatização dos sindicatos e o governo Lula manteve uma “descomunal taxa de financiamento da dívida” e aliou-se a partidos da direita, por exemplo.

Canese, no entanto, problematizou tais colocações ao recuperar o significado histórico do governo Lugo no Paraguai, considerado, como os demais da região, “extremamente conservador, com poucas ou nenhuma reforma estrutural”. Ainda assim, o crescimento da participação social e a efetivação de alguns direitos já foram suficientes para “deixar nervosa” a direita nacional. “Houve vinte e três tentativas de golpe. A vigésima-quarta foi exitosa. Foi um golpe do imperialismo ianque”. Canese acredita que se trata de uma intervenção imperialista contrária ao processo de integração “autônoma” da América Latina: “Temos informações referentes à participação ativa da embaixada dos EUA no golpe, para desestabilizar a região. Mesmo um processo moderado de transformações traz inconveniências ao império, pela possibilidade de adotarmos uma política de defesa comum”.

As contradições entre autonomia e neocolonialismo estão postas também, a seu ver, na atual conjuntura política dos países árabes, em “estado de guerra já aberto”. No Paraguai, imediatamente após o golpe de Estado, houve legalização de transgênicos e abertura comercial para atuação de transnacionais ligadas ao setor energético. “O golpismo do império favorece os interesses do agronegócio e das grandes indústrias de alumínio. E as di-

Daniel Garcia



Jorge Altamira e Valter Pomar

reitas brasileira e uruguaia apoiam os golpistas, devido aos interesses comuns. As oligarquias regionais se unem para barrar um projeto autônomo e progressista”.

Tal projeto político de autonomia da região ganha expressão no marco de integração dos povos da América Latina: “Nos governos Lula e Lugo, pudemos avançar com um tratamento melhor do tema de Itaipu, por exemplo. A questão da energia é candente em nossa região, e esse é um dos motivos do golpe no Paraguai”. Canese confia, nesse sentido, na solidariedade dos povos e no trabalho conjunto para construir uma América Latina unida e sem preponderância de centros hegemônicos. “A interação deve se dar entre os povos, não entre as burguesias. Nosso processo não é fácil. Temos desafio enorme de manter coerência como força democrática e progressista. Temos de saber lutar com honestidade e transparência”.

Nesse sentido, o contexto de crise ganha ênfase pela sua dimensão política, tanto pelos tensionamen-

tos próprios da conjuntura, quanto no âmbito da análise da realidade. Para Canese, é fundamental ao Paraguai e à América Latina a união enquanto “frente democrática”, contra a ditadura e o imperialismo. “A autonomia e os direitos para os povos devem se constituir como grande objetivo. Somos socialistas por estatuto, e a maioria da frente é de caráter socialista. Mas temos de avançar em processo de integração autônomo. Esse é o nosso momento, de recuperação da democracia. E a aliança deve ser suficientemente ampla para tanto”. Alcançar tal objetivo requer o fortalecimento dos movimentos sociais e da articulação política interna aos países e na região como um todo. “No Paraguai, faltou jogar mais com a mobilização social, que começou a crescer no último mês. Houve desmobilização. Essa autocrítica deve ser feita”. Outra questão é o personalismo. “O presidente Lugo lidou com pessoas, de forma desinstitucionalizada. São problemas que devemos superar”.

Sampaio Júnior afirma que não há resposta de esquerda dentro da ordem burguesa: “O raio de manobra para administrar esta crise a partir da periferia do sistema é mínimo”. A solução, diz ele, “passa por resgatar todos os elementos da revolução brasileira”

Canese entende que uma das formas de fortalecer os processos de articulação política é justamente enfatizar a contradição com o imperialismo. “Devemos articular uma frente que inclua todos os setores democráticos do país e da América Latina contra o golpe. Se acharmos que a luta é entre imperialismo e a esquerda, vamos perder esse conflito. Deve ser um projeto de integração autônoma e progressista, democrático, que não provoque a contradição entre esquerda e direita”.

Já Altamira propõe outro caminho político, por entender que a eclosão das contradições acumuladas entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção capitalistas abre “um período novo de revolução socialista”, de modo que o problema posto pela conjuntura é o caráter da transição. “Esse é o significado da crise. É uma questão estratégica, pois a esquerda

tem compromisso histórico de conduzir a revolução até a vitória”. Para o dirigente do Partido Obrero, a crise atual é a negação do capitalismo sob o avanço do próprio capitalismo. “As crises do capitalismo não são repetitivas, são todas únicas, porque têm lugar em uma etapa histórica concreta do capitalismo. E esta é uma crise em uma época de decadência do capitalismo”.

Assim, a tarefa política primordial que se coloca para os grupos de esquerda, no entender de Altamira, é “atualizar o programa histórico do socialismo”, à luz da nossa experiência: “O programa tem de explicar que a tentativa de restauração capitalista vai conduzir a novas revoluções sociais”. Por isso, Altamira considera verdadeiramente de esquerda os grupos de caráter operário que, na América Latina, se opõem ao que ele chama de “bonapartismo” de Hugo Chávez, de Rafael Correa e de Néstor e Cristina Kirchner. “Na Argentina, formamos uma frente realmente de esquerda, recorreremos politicamente à crise mundial no diálogo com a juventude operária e estudantil”. Nessa luta contra o bonapartismo, compuseram recentemente com a direita argentina numa “enorme invasão das ruas de Buenos Aires”.

Sampaio Júnior caminha em direção parecida na sua análise da realidade brasileira, ao afirmar que “qualquer resposta de esquerda aos problemas do Brasil passa por se colocar em questão o caráter da revolução brasileira”. Para ele, o mito de que “o crescimento resolve os problemas do Brasil vai se desfazer no ar, e a sociedade brasileira

viverá momentos de grande instabilidade social, abrindo brechas para que se possa reorganizar a esquerda e recolocar na agenda do Brasil o problema da revolução”. O economista exemplifica com a existência de enormes “bolhas” especulativas. “O governo diz que não há mais dívida externa, mas o passivo externo brasileiro explodiu. Se o Brasil sofrer ataque especulativo, não terá instrumentos para se defender, está completamente exposto aos movimentos da crise”.

O professor da Unicamp afirma que não há resposta de esquerda dentro da ordem burguesa: “O raio de manobra para administrar esta crise a partir da periferia do sistema é mínimo. Por uma razão simples: não se pode desafiar a ordem global”. Isto se expressaria, no Brasil, pela incapacidade do governo de fazer política econômica anticíclica: “No máximo, empurra as famílias para um endividamento temerário, com taxas de juros maiores que taxas de ganhos reais”. De acordo com Sampaio Júnior, a alternativa de esquerda contra a ordem é enfrentar o problema “da reversão neocolonial”, com transformações profundas da sociedade brasileira, que estão vetadas pela ordem global. “A solução passa por resgatar todos os elementos da revolução brasileira”.

Assim, é também na política “que as coisas se definem”, de modo que a diferença posta entre o que ele considera esquerda e o PT está “na teoria por trás do Programa Democrático Popular”. Este é caracterizado por Sampaio Júnior como a teoria de que “existem bases para

dar uma melhoria no capitalismo brasileiro, por pequenas reformas”. Tal concepção levaria “a uma prática política equivocada, uma cooptação e neutralização total da capacidade de luta da classe operária”. Nesse sentido, ele considera que o governo brasileiro “deu fôlego, por um longo tempo”, ao processo perverso de acumulação. “Mas a crise vai varrer do mapa essa farsa e abrir espaço para que forças de esquerda possam dialogar de maneira mais franca com a classe operária”. Até lá, haverá muito tempo para se pensar nas consequências práticas da teoria. “O crescimento é, e sempre foi, ideologia do subdesenvolvimento, e enquanto existir, a classe operária vai apostar na classificação social. Mas quando ela perceber que não há esse caminho, então vai para a luta. Aí sim será a hora da esquerda”.

A América Latina vive situação melhor que outras partes do mundo, mas o momento é difícil, diz Pomar, na medida em que “todos os governos esgotaram seu arsenal de mudanças fracas, e agora vivemos uma crise de caráter contraditório: se não se avançar, haverá retrocesso enorme”

Pomar se contrapõe a esse discurso teleológico ao afirmar que o desfecho da crise não está dado, podendo inclusive ser “o aprofundamento da barbárie, a destruição da humanidade”. A América Latina vive situação melhor que outras partes do mundo, mas o momento também é difícil na medida em que “todos os governos esgotaram seu arsenal de mudanças fracas, e agora vivemos uma crise de caráter contraditório: se não se avançar, haverá retrocesso enorme”. O problema do raciocínio de que os governos latino-americanos não são de fato de esquerda, argumenta o petista, é que isso “nos leva a afirmar que tudo é possível”, e quando a direita avança, leva consigo toda possibilidade de transformação progressista.

Nesse sentido, Pomar afirma que nos países da América Latina citados há governos de esquerda, mas também em todos eles o Estado é

burguês, e quem o controla é a burguesia: “Para fazer política, é muito importante distinguir Estado burguês de governo”. A hegemonia burguesa tem expressão, exemplifica Pomar, nos meios de comunicação, financiados em grande parte pelos governos. “Se não enfrentarmos isso, não se avança na correlação de forças”.

No seu entender, é igualmente importante entender que o futuro da região vincula-se ao futuro do Brasil. “Pela força do seu capitalismo, é o país que vai determinar a radicalidade histórica do processo. Se no Brasil prevalecer um curso recuado, o destino do conjunto da América Latina será puxado para trás”. Assim, ganha centralidade a importância de o governo brasileiro ser um “instrumento que empurre a correlação de forças para a esquerda”. O que não vem ocorrendo: “Não tem sido efetivamente, há disputa fortíssima em relação a isso”.

A questão de fundo que se coloca é, portanto, “ganhar a maioria da classe trabalhadora para nossas posições”, argumenta Pomar. “Hoje, a maioria tem uma posição diferente da que gostaríamos. E precisa ser organizada, formada, cabendo ao governo cumprir um papel forte nisso”. Nesse sentido, acrescenta, o governo “não sufoca o processo revolucionário, porque infelizmente não existe processo revolucionário no Brasil”. Há uma confusão entre luta social e processo revolucionário. “Acusar o governo de sufocá-lo é fazer uma leitura irreal da correlação de forças”, reforça ele. O caminho que se coloca para tornar tal correlação mais favorável é, no seu entender, justamente a integração regional e a defesa frente ao imperialismo e a direita. “Esse tema é chave e vai decidir se seremos ou não capazes de aproveitar a situação aberta para fazer mudanças profundas”.